

Via Certa  
Financiadora S.A. -  
Crédito,  
Financiamento e  
Investimentos

**Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>5</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>15</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de Reais)

Senhores acionistas:

A Via Certa Financiadora S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), atendendo às disposições sociais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### DESEMPENHO FINANCEIRO

As operações de crédito da Financeira apresentaram uma redução no período, devido planejamento da diretoria visando redução da inadimplência e aumento de lucratividade. Em 31 de dezembro de 2023, a carteira de operações de crédito totalizou R\$ 357.409 (R\$ 413.434 em 2022), com perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 69.262 (R\$ 79.719 em 2022). Dessa forma, apresentando a carteira líquida de R\$ 288.147 (R\$ 333.715 em 2022), evidenciando uma redução de R\$ 45.568 no saldo líquido, correspondendo a uma redução de 13% no período. No final do exercício de 2023, a carteira de operações de crédito está composta de 380.213 operações de 194.931 clientes, apresentando um saldo médio de R\$ 1.833 por cliente (363.143, 224.074 e R\$ 1.527, respectivamente, em 2022).

Durante o exercício de 2023, a Financeira apurou R\$ 223.494 (R\$ 228.278 em 2022) de receitas da intermediação financeira e R\$ 149.099 (R\$ 137.205 em 2022) de despesas da intermediação financeira, obtendo o resultado bruto da intermediação financeira de R\$ 74.395 (R\$ 91.073 em 2022). Assim, apresentando uma redução de 18% no resultado da intermediação financeira comparado ao período anterior.

As receitas de prestação de serviço apresentaram uma redução de 16% em comparação com o período anterior, partindo de R\$ 28.409 no exercício de 2022 e atingindo R\$ 23.903 em 2023. As despesas operacionais totalizaram R\$ 105.634 (R\$ 126.717 em 2022), apresentando uma redução de 17% no período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Financeira apurou o prejuízo líquido de R\$ 3.104 (lucro líquido de R\$ 2.578 em 2022). Além disso, analisando o resultado isolado do segundo semestre de 2023, observa-se um lucro líquido de R\$ 2.474 (prejuízo de R\$ 201 no segundo semestre de 2022), demonstrando a retomada da lucratividade da Financeira.

### PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

A Financeira está introduzindo no mercado o seu aplicativo “Viacerta Banking”, onde disponibiliza para seus clientes contratação de operações de crédito com possibilidade de aprovação automática e com taxa de juros personalizadas para o perfil do cliente.

## **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (Bacen), em 31 de dezembro de 2023, a Financeira possui somente títulos e valores mobiliários classificados como “mantidos para negociação”. Adicionalmente, a Financeira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do período.

## **POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

A Assembleia Geral delibera, respeitadas as disposições referentes a constituição de Reserva Legal e de distribuição mínima de dividendos, sendo que, assegura a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 152 da Lei 6.404/76.

## **GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL**

A Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e de capital, de acordo com as exigências da resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), permitindo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que a instituição está exposta, conforme descrito na nota explicativa 21 e 22.

## **AUDITORIA INDEPENDENTE**

A Financeira possui processo adequado para a contratação de Auditoria Independente, considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Respeitando o disposto, a Financeira contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para execução dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, sendo que os honorários relativos à auditoria independente do exercício de 31 de dezembro de 2023 montam R\$ 201.

## **OUVIDORIA**

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.859/20 do Bacen de 23/10/2020, desde 30 de setembro de 2007 é disponibilizado aos colaboradores, clientes, parceiros, terceiros e fornecedores o Canal de Denúncias para comunicação de indícios de ilicitudes de qualquer natureza, relacionados às atividades da Financeira, tais como fraude, corrupção e/ou práticas suspeitas que possam comprometer a ética e integridade de seus negócios bem como qualquer informação que possa afetar a reputação dos controladores e membros de órgãos estatutários, incluído diretores eleitos e/ou contratados.

Mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação da Ouvidoria. Deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista  
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Telefone +55 (51) 3327-0200  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da  
Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**  
Santo Cristo - RS

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-7



Jonas Moreira Salles  
Contador CRC SP295315/O-4

## BALANÇO PATRIMONIAL

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4</b>	<b>46.877</b>	<b>53.289</b>
Disponibilidades		3.216	436
Títulos e Valores Mobiliários		43.661	52.853
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>-</b>	<b>3.295</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>5</b>	<b>357.409</b>	<b>413.434</b>
Operações de Crédito		345.997	406.635
Outros Créditos com Característica de Crédito		11.412	6.799
<b>Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>5</b>	<b>(69.262)</b>	<b>(79.719)</b>
Operações de Crédito		(62.667)	(76.665)
Outros Créditos com Característica de Crédito		(6.595)	(3.054)
<b>Créditos Tributários</b>	<b>6</b>	<b>17.213</b>	<b>14.900</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>7</b>	<b>9.955</b>	<b>8.586</b>
<b>Ativo Não Financeiro Mantido para Venda</b>		<b>594</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Permanente</b>	<b>8</b>	<b>9.755</b>	<b>8.825</b>
Imobilizado		2.457	2.453
Intangível		11.723	9.722
Depreciações e Amortizações		(4.425)	(3.350)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>372.541</b>	<b>422.610</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇO PATRIMONIAL

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>322.029</b>	<b>374.164</b>
<b>Depósitos</b>		<b>99.009</b>	<b>83.258</b>
Depósitos a Prazo	9	98.995	82.344
Outros Depósitos		14	914
<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>	<b>10</b>	<b>223.020</b>	<b>290.906</b>
Recursos de Aceites Cambiais		152.799	220.270
Recursos de Letras Financeiras		70.221	70.636
<b>Provisões</b>	<b>11</b>	<b>559</b>	<b>627</b>
Passivos Contingentes		559	627
<b>Outros Passivos</b>		<b>11.040</b>	<b>9.502</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		510	483
Fiscais e Previdenciárias		2.643	1.433
Outras Obrigações	12	7.887	7.586
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>13</b>	<b>38.913</b>	<b>38.317</b>
Capital Social		38.288	33.288
Reserva de Lucro		625	5.029
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>372.541</b>	<b>422.610</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2023 e exercício encerrado em 31 de dezembro 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem.	2023	2022
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>15</b>	<b>111.081</b>	<b>223.494</b>	<b>228.278</b>
Rendas de operações de crédito		104.459	212.261	223.178
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6.622	11.233	5.100
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(66.416)</b>	<b>(149.099)</b>	<b>(137.205)</b>
Operações de captação no mercado		(28.555)	(58.070)	(48.212)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(37.861)	(91.029)	(88.993)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>44.665</b>	<b>74.395</b>	<b>91.073</b>
<b>Outras Receitas / (Despesas) Operacionais</b>		<b>(40.831)</b>	<b>(79.938)</b>	<b>(93.924)</b>
Receitas de prestação de serviços	16	11.741	23.903	28.409
Despesas de pessoal		(8.131)	(14.675)	(13.424)
Outras despesas administrativas	17	(39.360)	(78.501)	(101.106)
Despesas tributárias	18	(4.582)	(9.279)	(10.387)
Outras receitas operacionais		1.059	1.793	4.384
Outras despesas operacionais		(1.558)	(3.179)	(1.800)
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro</b>		<b>3.834</b>	<b>(5.543)</b>	<b>(2.851)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(1.360)</b>	<b>2.439</b>	<b>5.429</b>
Provisão para imposto de renda	14	(90)	(90)	66
Provisão para contribuição social	14	216	216	(93)
Ativo fiscal diferido	6	(1.486)	2.313	5.456
<b>Resultado do Período</b>		<b>2.474</b>	<b>(3.104)</b>	<b>2.578</b>
<b>Quantidade de ações do capital social</b>		<b>100.000</b>	<b>100.000</b>	<b>100.000</b>
<b>Resultado por ação - em R\$</b>		<b>24,74</b>	<b>(31,04)</b>	<b>25,78</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Para o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2023 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2º Sem.</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Lucro / (Prejuízo) líquido do período</b>	<b>2.474</b>	<b>(3.104)</b>	<b>2.578</b>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>2.474</b>	<b>(3.104)</b>	<b>2.578</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2023 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros ou prejuízos	Total
		Legal	Estatutária		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>33.288</b>	<b>2.849</b>	<b>228</b>	<b>-</b>	<b>36.365</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.578	2.578
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	139	-	(139)	-
Reserva estatutaria	-	-	2.439	(2.439)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(626)	-	(626)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>33.288</b>	<b>2.988</b>	<b>2.041</b>	<b>-</b>	<b>38.317</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>-</b>	<b>139</b>	<b>1.813</b>	<b>-</b>	<b>1.952</b>
	Capital social	Reserva de lucros		Lucros ou prejuízos	Total
		Legal	Estatutária		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>33.288</b>	<b>2.988</b>	<b>2.041</b>	<b>-</b>	<b>38.317</b>
Integralização de capital	5.000	-	-	-	5.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(3.104)	(3.104)
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	(2.864)	-	2.864	-
Reserva estatutaria	-	-	(240)	240	-
Dividendos distribuídos	-	-	(1.300)	-	(1.300)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>38.288</b>	<b>124</b>	<b>501</b>	<b>-</b>	<b>38.913</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>5.000</b>	<b>(2.864)</b>	<b>(1.540)</b>	<b>-</b>	<b>596</b>
<b>Saldos em 01 de julho de 2023</b>	<b>38.288</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.499)</b>	<b>36.789</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.474	2.474
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	124	-	(124)	-
Reserva estatutaria	-	-	851	(851)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(350)	-	(350)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>38.288</b>	<b>124</b>	<b>501</b>	<b>-</b>	<b>38.913</b>
<b>Mutações do semestre</b>	<b>-</b>	<b>124</b>	<b>501</b>	<b>1.499</b>	<b>2.124</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2023 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2 Sem 2023	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do período</b>	<b>2.474</b>	<b>(3.104)</b>	<b>2.578</b>
<b>Ajustes por:</b>			
Constituição provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	37.861	91.029	88.993
Provisão passivos contingentes	(166)	(68)	(64)
Provisão outros passivos	(120)	(240)	-
Depreciações e amortizações	628	1.311	944
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.486	(2.313)	(5.456)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(126)	(126)	27
<b>Resultado do período ajustado</b>	<b>42.037</b>	<b>86.489</b>	<b>87.022</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Redução / (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	2.781	3.295	(1.996)
(Aumento) em operações de crédito	(30.110)	(45.461)	(161.605)
(Aumento) em outros créditos	(1.097)	(1.152)	(5.754)
Aumento em depósitos a prazo e outros depósitos	5.916	15.749	71.527
(Redução) / Aumento em recursos de aceites cambiais	(68.662)	(67.886)	7.903
Aumento em outras obrigações	2.183	1.159	1.370
	<b>(88.989)</b>	<b>(94.296)</b>	<b>(88.555)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(64)	(5.537)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(46.952)</b>	<b>(7.871)</b>	<b>(7.070)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado de uso	(54)	(68)	(262)
Alienação de imobilizado de uso	5	6	7.701
Baixa intangível	-	-	139
Aquisição de intangível	(950)	(2.179)	(3.300)
<b>Caixa líquido proveniente das / (utilizado nas) atividades de investimer</b>	<b>(999)</b>	<b>(2.241)</b>	<b>4.278</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Integralização de capital	-	5.000	-
Dividendos pagos	(350)	(1.300)	(626)
<b>Caixa líquido proveniente / (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(350)</b>	<b>3.700</b>	<b>(626)</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(48.301)</b>	<b>(6.412)</b>	<b>(3.418)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do período	95.178	53.289	56.707
No fim do período	46.877	46.877	53.289
<b>(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(48.301)</b>	<b>(6.412)</b>	<b>(3.418)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

*(em milhares de Reais)*

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Via Certa Financiadora S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Via Certa” ou “Financeira”), instituição financeira privada, com sede no Brasil, na Rua Tenente Jung, 366, Centro, Santo Cristo, Rio Grande do Sul, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e está autorizada, conforme o despacho de 05 de julho de 2002, publicado no Diário Oficial de 10 de julho de 2002, a operar com o financiamento de operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e de partes relacionadas.

A Financeira foi fundada a partir da decisão de incluir no antigo grupo Lojas Quero-Quero S. A., uma empresa que estivesse apta, junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, a efetuar operações de crédito destinadas aos clientes do grupo.

Visando ampliar seu mercado de atuação, em janeiro de 2012, a empresa concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e a criação de uma estrutura totalmente desvinculada ao Grupo Quero-Quero, para passar a operar no mercado de Crédito Pessoal (CP), Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e cartões Private Label, através de novas parcerias fora do Grupo.

A Financeira possui mais de 5 mil pontos de venda e atua, praticamente, em todos os Estados do Brasil, através da contratação de Correspondentes Bancários. A Financeira possui contratos de parceria para financiamento dos usuários de cartões de crédito das Lojas Quero-Quero, Lojas Holz, Lojas Hoje e Cartões Sigacred. Além disso, possui uma operação estruturada para o FIDC Verdecard (Lojas Quero-Quero/Verdecard).

A Financeira opera, basicamente, com um ticket reduzido em operações pulverizadas, com foco no empréstimo pessoal e CDC. A Financeira não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais.

A acionista, Via Certa Participações e Investimento S.A., é sua controladora integral.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A Administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 22 de março de 2024, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e sua divulgação a partir dessa data.

### **3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a. Moeda funcional**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **b. Estimativa contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras incluem estimativas e premissas, como mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções realizadas de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos semestralmente.

#### **c. Apuração de resultados**

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

#### **d. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, em moeda nacional e estrangeira, e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

#### **e. Instrumentos financeiros**

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data.

##### *i. Títulos disponíveis para venda*

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “outros resultados abrangentes”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

### *ii. Títulos mantidos até o vencimento*

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

### *iii. Títulos para negociação*

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício e são apresentados no circulante independente do seu vencimento.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

## **f. Valor justo de instrumentos financeiros**

A Financeira cumpre as instruções do CPC 46, na contabilização dos seus instrumentos financeiros sujeitos a contabilização a valor justo, onde define o valor justo como sendo o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo, em uma transação não forçada, entre participantes do mercado principal, na data da mensuração. O valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade.

Para alguns ativos e passivos, pode haver informações da sua cotação no mercado ou de transações observáveis disponíveis. Quando o preço para um ativo ou passivo idêntico não é observável, a entidade mensura o valor justo utilizando outra técnica de avaliação que maximiza o uso de dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis.

A orientação contábil fornece uma hierarquia, em três níveis, para a classificação de instrumentos financeiros contabilizados a valor justo. A hierarquia dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível 1), seguido da mensuração através de técnicas de avaliação que utilizam como base dados observáveis (informação de Nível 2) e a mais baixa prioridade a avaliações com dados não observáveis (informações de Nível 3).

## **g. Operações de crédito e perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A Financeira observa e atende as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e mensuração perdas estimadas associadas ao risco de crédito.

Conforme definido em política interna, as perdas esperadas são estimadas para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente da inadimplência ou desvalorização dos instrumentos financeiros em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito, observando os limites mínimos estabelecidos na tabela progressiva.

As operações são classificadas, de acordo com os parâmetros estabelecidos referida resolução, em nove níveis de risco, sendo AA, A, B, C, D, E, F e H, onde AA representa as operações de menor risco e H as de maior risco.

A Financeira adota o previsto no Art. 5º da Resolução 2.682/99 para fins de alocação do risco de crédito. As operações de crédito, cujo saldo devedor total da contraparte é inferior a R\$ 50.000,00, são classificados, inicialmente, no nível de risco “A” e reclassificados, mensalmente, com base na inadimplência. As operações de crédito, cujo saldo devedor total da contraparte é superior a R\$ 50.000,00, são classificadas com base no modelo interno de avaliação do risco de crédito no momento da originação do contrato e atualizado, semestralmente, nas datas bases das demonstrações financeiras.

As operações de créditos são contabilizadas pelo método do custo amortizado, onde o ativo financeiro é reconhecido, inicialmente, pelo valor da transação e, posteriormente, ajustado pelo valor das receitas geradas e deduzido das parcelas recebidas e do saldo de perdas estimadas associadas ao risco de crédito. A receita da intermediação financeira é reconhecida através da taxa de juros nominal e os custos incrementais e as receitas de originação registradas diretamente no resultado.

Os juros referentes às operações de crédito em dia e vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, operações vencidas a partir do 60º dia ou renegociadas, os juros somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H". Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A Financeira considera, para todas as modalidades de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A Financeira realiza cessões sem retenção de riscos e benefícios. Nessa categoria são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, o que resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando da sua realização, conforme previsto na Resolução nº 3.533/08.

## **h. Ativo permanente**

O imobilizado é registrado pelo do custo de aquisição, que corresponde ao valor do bem, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos incorpóreos, são reconhecidos, pelo custo de aquisição, a partir do momento em que os ativos são identificáveis, controlados pela Financeira e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Os investimentos em ativos intangíveis gerados internamente, são capitalizados, somente, a partir da data em que a entidade é capaz de demonstrar a viabilidade técnica para concluir, a intenção de conclusão, a disponibilidade de recursos, a capacidade de uso ou venda, a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis e puder demonstrar benefícios econômicos futuros para a entidade.

Os ativos intangíveis são classificados em ativos com a vida útil definida e indefinida. Os ativos de vida útil definida são amortizados pelo método linear com base no prazo de vida útil. Os ativos de vida útil indefinida não são amortizados e possuem seu saldo testado, anualmente, pelo teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment).

#### **i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida são avaliados, anualmente, a fim de identificar indicativos de impairment, caso seja constatado algum indício de desvalorização os ativos são submetidos ao teste de impairment. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de impairment, anualmente, independentemente de apresentarem indicativos de desvalorização.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior entre o valor justo do ativo líquido dos custos de venda e seu valor em uso.

#### **j. Recursos de aceite e emissão de títulos e depósitos a prazo**

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

#### **k. Tributos**

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

<b>Tributos</b>	<b>Alíquotas vigentes</b>
Imposto de Renda (IR)	15% + Adicional 10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	15%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	2.2% e 4.2%

Excepcionalmente, entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi majorada para 16%, de acordo com a Lei 14.446/22. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnico e as análises realizadas pela Administração.

## **I. Ativos e passivos contingentes**

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisão, passivos e ativos contingentes aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

**Ativos contingentes** – Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração acredita que sua realização é praticamente certa e o valor possa ser mensurado com confiabilidade.

**Passivos contingentes** – A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente, de processos judiciais inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis e trabalhistas é realizada com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

**Provável** – A provisão para passivo contingente é reconhecida nas demonstrações financeiras;

**Possível** – Os valores são divulgados nas notas explicativas, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e

**Remoto** – não requer provisão e nem divulgação em notas explicativas.

## **m. Resultados recorrentes e não recorrentes**

A Financeira considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financeira, considerando seu Estatuto Social. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Financeira e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício de 2023, o resultado recorrente e não recorrente totalizaram R\$ (3.105) e R\$ 1 respectivamente ((R\$ 977) e R\$ 3.555 em 2022). Os resultados não recorrentes foram originado de alienações do ativo imobilizado.

## **n. Mudanças em políticas contábeis**

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil.

O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da instituição e encaminhado para o Banco Central do Brasil.

### *i. Plano de Implementação da Resolução CMN 4.966/21*

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem completa da PECLD, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- Evidenciação.

### *ii. Resolução BCB nº 309/22*

Em março de 2023, como complemento a Resolução CMN nº 4966/21, o Banco Central emitiu a Resolução BCB nº 309, a qual estabelece detalhes técnicos de como aplicar conceitos como definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução deverá ser observada pela entidade para refinamento dos parâmetros do plano de implementação, visto que define conceitos fundamentais de itens da norma. Essa Resolução estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2025.

### iii. Status do Plano de implementação

A Financeira concluiu a elaboração das novas políticas contábeis para contabilização dos instrumentos financeiros e apuração da perda esperada, de acordo com os critérios das novas regulamentações.

O Mapeamento sistêmico e as requisições das customizações necessárias para implementação das novas regras contábeis estão concluídos. Dessa forma, já foi iniciada a etapa de desenvolvimento das customizações, a qual está prevista para ser concluída dentro do prazo regulamentar.

Além disso, está em desenvolvimento o modelo de perda esperada, de acordo com a metodologia simplificada da Res. BCB 309/22.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2023	2022
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Disponibilidades (a)	3.216	436
Títulos e valores mobiliários (b)	43.661	52.853
<b>Total</b>	<b>46.877</b>	<b>53.289</b>

(a) Corresponde aos saldos mantidos em caixa e de depósitos bancários

(b) Refere-se aos investimentos em cotas de fundos de investimentos de renda fixa sem carência de resgate, que investem a maior parte de seu patrimônio em títulos do Tesouro Nacional. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

A Financeira não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2022 e 2023.

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e antecipações de recebíveis, concedidas a pessoas físicas e jurídica, decorrentes de vendas diretas da Financeira, através de correspondentes bancários e advindas de contratos de parceria para financiamento de operações de aquisições de mercadorias através Cartão Verdecard, Cartão Sigacred, Cartão Holz e Cartão Hoje.

A rubrica de “Outros créditos” refere-se a títulos com característica de concessão de crédito, recebidas em transferência da Verde Administradora de Cartões S.A., das Lojas Quero-Quero S.A. e da Sigacred Administradora Ltda. ainda não faturados e/ou não vencidos. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682/99 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos.

#### a. Composição por tipos de operações

	2023	2022
<b>Setor privado</b>		
Empréstimos e antecipações	272.102	311.716
Financiamentos	73.895	94.919
Outros créditos c/ características de concessão de crédito	11.412	6.799
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(69.262)	(79.719)
<b>Total</b>	<b>288.147</b>	<b>333.715</b>
<b>Circulante</b>	<b>242.615</b>	<b>277.981</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>45.532</b>	<b>55.734</b>

#### b. Composição por tipo de cliente

	Empréstimos e antecipações	Financiamento	Outros créditos	2023	2022
<b>Tipo de Cliente</b>					
Pessoas físicas	270.066	73.561	10.586	354.213	410.063
Pessoas jurídicas	2.036	334	826	3.196	3.371
<b>Total da carteira</b>	<b>272.102</b>	<b>73.895</b>	<b>11.412</b>	<b>357.409</b>	<b>413.434</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(55.011)	(7.656)	(6.595)	(69.262)	(79.719)
<b>Total líquido</b>	<b>217.091</b>	<b>66.239</b>	<b>4.817</b>	<b>288.147</b>	<b>333.715</b>

### c. Composição por vencimento

	Empréstimos e antecipações	Financiamentos	Outros créditos	2023	2022
<b>Vencidos</b>					
A partir de 15 dias	42.742	6.317	10.510	59.569	69.599
<b>A Vencer</b>					
Até 3 meses	76.759	23.402	902	101.063	119.352
De 3 a 12 meses	113.449	33.798	-	147.247	165.349
De 1 a 3 anos	33.420	9.943	-	43.363	49.853
Após 3 anos	5.732	435	-	6.167	9.281
<b>Total da carteira</b>	<b>272.102</b>	<b>73.895</b>	<b>11.412</b>	<b>357.409</b>	<b>413.434</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Curto prazo	(51.429)	(7.240)	(6.595)	(65.264)	(76.319)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Longo prazo	(3.582)	(416)	-	(3.998)	(3.400)
<b>Total de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(55.011)</b>	<b>(7.656)</b>	<b>(6.595)</b>	<b>(69.262)</b>	<b>(79.719)</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>217.091</b>	<b>66.239</b>	<b>4.817</b>	<b>288.147</b>	<b>333.715</b>

### d. Composição por nível de risco

	2023				2022			
	Vencidos	A vencer	Saldo atual	Provisão	Vencidos	A vencer	Saldo atual	Provisão
<b>Empréstimos</b>								
A	60	162.482	162.542	(813)	974	187.498	188.472	(942)
B	1.856	14.495	16.350	(164)	13.064	3.420	16.485	(165)
C	2.303	11.121	13.424	(403)	11.744	3.137	14.882	(446)
D	2.888	9.833	12.721	(1.272)	10.133	3.356	13.490	(1.349)
E	3.314	7.134	10.448	(3.134)	10.161	2.008	12.169	(3.651)
F	3.522	5.865	9.388	(4.694)	9.077	1.682	10.759	(5.379)
G	3.588	5.402	8.990	(6.293)	8.110	1.447	9.557	(6.690)
H	25.210	13.028	38.239	(38.239)	42.376	3.527	45.903	(45.903)
<b>Financiamentos</b>								
A	15	59.559	59.574	(298)	98	70.947	71.045	(355)
B	322	2.851	3.174	(32)	3.535	783	4.317	(43)
C	303	1.211	1.515	(45)	2.639	149	2.789	(84)
D	320	781	1.101	(110)	2.099	39	2.138	(214)
E	413	649	1.062	(319)	2.353	25	2.378	(713)
F	356	414	770	(385)	1.965	15	1.980	(990)
G	407	367	774	(542)	1.767	6	1.772	(1.241)
H	4.181	1.744	5.925	(5.925)	8.461	39	8.500	(8.500)
<b>Outros</b>								
A	-	706	706	(4)	-	686	686	(3)
B	878	29	907	(9)	936	30	967	(10)
C	828	94	922	(28)	791	73	864	(26)
D	646	19	666	(67)	561	20	581	(58)
E	1.234	18	1.252	(376)	512	8	520	(156)
F	1.114	14	1.128	(564)	575	4	580	(290)
G	937	7	944	(661)	304	3	306	(214)
H	4.873	16	4.888	(4.888)	2.291	6	2.296	(2.296)
<b>Total</b>	<b>59.570</b>	<b>297.839</b>	<b>357.409</b>	<b>(69.262)</b>	<b>134.526</b>	<b>278.907</b>	<b>413.434</b>	<b>(79.719)</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os créditos renegociados totalizaram R\$ 166.393 (R\$ 134.780 em 2022), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 51.414 (R\$ 27.093 em 2022) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo, líquido de IOF, totalizaram R\$ 10.813 (R\$ 8.496 em 2022).

#### e. Movimentação da provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2 sem 2023	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>(88.227)</b>	<b>(79.719)</b>	<b>(50.559)</b>
Constituição/reversão de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(37.861)	(91.029)	(88.994)
Perdas em cessão de operações inadimplidas	50.072	50.072	-
Perdas em operações de crédito baixadas por inadimplência	6.754	51.414	59.834
<b>Saldo Final</b>	<b>(69.262)</b>	<b>(69.262)</b>	<b>(79.719)</b>
<b>Varição da provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>18.965</b>	<b>10.457</b>	<b>(29.160)</b>

Em 2023, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, que abrange parte da sua carteira de operações de crédito inadimplida, classificadas no rating H e operações já baixadas para carteira de prejuízo, totalizando 277 mil clientes, com transferência integral dos riscos e benefícios a Hoepers Recuperadora de Crédito S.A., sendo a cessão realizada com deságio, conforme faixa de atraso dos contratos.

Carteira	Nº Clientes	Valor contábil bruto	Valor cessão
H	22	51.437	1.850
P	255	334.094	4.501
<b>Total</b>	<b>277</b>	<b>385.531</b>	<b>6.351</b>

#### f. Concentração das operações de crédito

##### f. Concentração das operações de crédito

Concentração das operações de crédito	2023	2022
Saldo do devedor do maior cliente	456	372
Percentual do maior cliente sobre carteira	0,16%	0,11%
Somatório do saldo devedor dos 10 maiores	2.063	2.029
Percentual dos 10 maiores sobre carteira	0,58%	0,49%
Somatório do saldo devedor dos 50 maiores	5.491	4.131
Percentual dos 50 maiores sobre carteira	1,54%	1,00%

## 6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias e sobre o prejuízo fiscal do período. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

## a. Composição por base de diferimento

	2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
<b>Itens base do diferimento</b>				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.054	5.433	14.487	14.650
Provisão para passivos contingentes	140	83	223	250
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício de 2023	1.564	939	2.503	-
<b>Total</b>	<b>10.758</b>	<b>6.455</b>	<b>17.213</b>	<b>14.900</b>

## b. Apuração

	2023	2022
<b>Diferenças temporárias</b>		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	36.217	36.624
Provisão para passivos contingentes	559	627
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício de 2023	6.257	-
<b>Base de cálculo dos tributos diferidos</b>	<b>43.033</b>	<b>37.251</b>
<b>Imposto de renda diferido</b>		
Imposto de renda diferido	10.758	9.312
Contribuição social sobre o lucro líquido diferido	6.455	5.588
<b>Total</b>	<b>17.213</b>	<b>14.900</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.255</b>	<b>13.829</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>2.958</b>	<b>1.071</b>

## c. Movimentação

	Saldo Inicial 2022	Constituição	Utilização / Reversão	Saldo Final 2023
<b>Imposto de renda</b>				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.156	24.364	(24.466)	9.054
Provisões para contingências	156	64	(80)	140
Prejuízos fiscais	-	1.564	-	1.564
<b>Créditos tributários de IRPJ</b>	<b>9.312</b>	<b>25.992</b>	<b>(24.546)</b>	<b>10.758</b>
<b>Contribuição social</b>				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.494	14.618	(14.680)	5.432
Provisões para contingências	94	38	(48)	84
Base negativa de contribuição social	-	939	-	939
<b>Créditos tributários de CSLL</b>	<b>5.588</b>	<b>15.595</b>	<b>(14.728)</b>	<b>6.455</b>
<b>Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ</b>	<b>14.900</b>	<b>41.587</b>	<b>(39.274)</b>	<b>17.213</b>

#### d. Período de realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Períodos	2023	2022
Até 1 ano	14.255	13.829
De 1 a 2 anos	2.837	1.071
De 2 a 3 anos	121	-
<b>Saldo final de crédito tributário diferido</b>	<b>17.213</b>	<b>14.900</b>

#### e. Valor presente

Conforme requerido pela Resolução nº 4.842 de 30/7/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa Selic 11,75% a.a., está representado por R\$ 9.449 (R\$ 8.272 em 2022) referente ao imposto de renda e R\$ 5.666 (R\$ 4.960 em 2022) referente a contribuição social.

### 7. OUTROS CRÉDITOS

	2023	2022
<b>Outros créditos</b>		
Impostos e contribuições a compensar (1)	6.169	5.211
Devedores diversos – País (3)	2.248	1.649
Despesas antecipadas (2)	729	1.201
Devedores por depósitos em garantia	562	434
Adiantamentos e antecipações	144	56
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 19. a)	103	35
<b>Total</b>	<b>9.955</b>	<b>8.586</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.574</b>	<b>2.942</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>4.381</b>	<b>5.645</b>

- (1) Referem-se aos saldos a compensar de imposto de renda e contribuição social, sendo que, do total a compensar, R\$ 5.015 refere-se a créditos apurados sobre o benefício fiscal da Lei do Bem, nos períodos de 2021 e 2022.
- (2) Referem-se as despesas antecipadas com seguros, vale alimentação e corretagem sobre captações.
- (3) Do total de devedores diversos país, R\$ 711 refere-se a créditos a receber, em até dois dias, das parcerias conveniadas e de comissões sobre Seguro de Proteção Financeira a receber da Icatu Seguros S.A.

## 8. ATIVO PERMANENTE

### a. Composição do ativo permanente

	2023	2022
<b>Imobilizado</b>		
Imobilizado em andamento	8	-
Imobilizado de uso bruto	2.449	2.453
Depreciação acumulada	(1.702)	(1.493)
<b>Total imobilizado líquido</b>	<b>755</b>	<b>960</b>
<b>Intangível</b>		
Intangível em desenvolvimento	2.177	2.982
Intangível em uso bruto	9.546	6.740
Amortização acumulada	(2.723)	(1.857)
<b>Total intangível líquido</b>	<b>9.000</b>	<b>7.865</b>
<b>Total</b>	<b>9.755</b>	<b>8.825</b>

### b. Movimentação do ativo permanente

	2022		Movimentações do período				2023	
	Saldo líquido	Adições	Baixas aquisição	Baixa deprec	Transf.	Depreci	Saldo líquido	
<b>Imobilizado em andamento</b>	-	8	-	-	-	-	8	
Instalações em andamento	-	8	-	-	-	-	8	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>960</b>	<b>61</b>	<b>(64)</b>	<b>58</b>	-	<b>(268)</b>	<b>747</b>	
Instalações	306	-	-	-	-	(92)	214	
Mobiliário	288	10	-	-	-	(42)	256	
Equip. de Processamento de Dados	366	51	(64)	58	-	(134)	277	
<b>Total imobilizado</b>	<b>960</b>	<b>69</b>	<b>(64)</b>	<b>58</b>	-	<b>(268)</b>	<b>755</b>	
<b>Intangível em desenvolvimento</b>	<b>2.982</b>	<b>2.177</b>	-	-	<b>(2.982)</b>	-	<b>2.177</b>	
Desenvol. Modelo Perda Esperada	-	118	-	-	-	-	118	
Desenvol. Sistema CRM	-	158	-	-	-	-	158	
Desenvol. Inteligencia Artificial	-	245	-	-	-	-	245	
Aplicativo Banking	2.982	1.360	-	-	(2.982)	-	1.360	
Desenvolvimento FIDC	-	296	-	-	-	-	296	
<b>Intangível</b>	<b>4.883</b>	<b>2</b>	<b>(178)</b>	<b>178</b>	<b>2.982</b>	<b>(1.044)</b>	<b>6.823</b>	
Licença Perpetua de Uso Código Fonte	1.042	-	-	-	-	(165)	877	
Licença e Direitos de Uso Software	1	2	(1)	1	-	(3)	0	
Licença sistema p/ controladoria	133	-	(177)	177	-	(133)	-	
Aplicativo Banking	3.707	-	-	-	2.982	(743)	5.946	
<b>Total intangível</b>	<b>7.865</b>	<b>2.179</b>	<b>(178)</b>	<b>178</b>	-	<b>(1.044)</b>	<b>9.000</b>	
<b>Total ativo permanente</b>	<b>8.825</b>	<b>2.248</b>	<b>(242)</b>	<b>236</b>	-	<b>(1.312)</b>	<b>9.755</b>	

	2021	Movimentações do período					2022
	Saldo líquido	Adições	Baixas aquis	Baixa deprec	Transf.	Deprec	Saldo líquido
<b>Imobilizado em desenvolvimento</b>	<b>321</b>	-	-	-	(321)	-	-
Instalações	321	-	-	-	(321)	-	-
<b>Imobilizado em uso</b>	<b>8.593</b>	<b>262</b>	<b>(9.173)</b>	<b>1.472</b>	<b>321</b>	<b>(515)</b>	<b>960</b>
Instalações	77				321	(92)	306
Mobiliário	202	126	(2)	-	-	(38)	288
Equip. de processamento de dados	392	136	(69)	63	-	(156)	366
Aeronave	7.922		(9.102)	1.409	-	(229)	-
<b>Total do imobilizado</b>	<b>8.914</b>	<b>262</b>	<b>(9.173)</b>	<b>1.472</b>	<b>-</b>	<b>(515)</b>	<b>960</b>
<b>Intangível em desenvolvimento</b>	<b>3.892</b>	<b>2.982</b>	-	-	<b>(3.892)</b>	-	<b>2.982</b>
Aplicativo banking	3.892	2.982	-	-	(3.892)	-	2.982
<b>Intangível em uso</b>	<b>1.242</b>	<b>317</b>	<b>(420)</b>	<b>281</b>	<b>3.892</b>	<b>(429)</b>	<b>4.883</b>
Licença perpetua de uso código fonte	1.102	-	-	-	-	(60)	1.042
Licença e direitos de uso software	-	1	(1)	1	-	-	1
Licença sistema p/ controladoria	140	316	(419)	280	-	(184)	133
Aplicativo Banking	-	-	-	-	3.892	(185)	3.707
<b>Total do intangível</b>	<b>5.134</b>	<b>3.300</b>	<b>(420)</b>	<b>281</b>	<b>-</b>	<b>(429)</b>	<b>7.865</b>
<b>Total do ativo permanente</b>	<b>14.048</b>	<b>3.562</b>	<b>(9.593)</b>	<b>1.753</b>	<b>-</b>	<b>(944)</b>	<b>8.825</b>

A Financeira avaliou os ativos e não identificou indicativos de impairment.

## 9. DEPÓSITOS A PRAZO

Os depósitos a prazo referem-se a CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e RDBs (Recibos de Depósitos Bancários), captados a taxa média ponderada de 118,20% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem liquidez e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

Vencimentos	2023			2022		
	CDB	RDB	Total	CDB	RDB	Total
A vencer até 3 meses	1.360	180	1.540	-	857	857
A vencer de 3 a 12 meses	26.593	93	26.686	169	1.738	1.907
A vencer de 1 a 3 anos	70.769	-	70.769	79.344	236	79.580
<b>Total</b>	<b>98.722</b>	<b>273</b>	<b>98.995</b>	<b>79.513</b>	<b>2.831</b>	<b>82.344</b>
<b>Circulante</b>	<b>27.953</b>	<b>273</b>	<b>28.226</b>	<b>169</b>	<b>2.595</b>	<b>2.764</b>
<b>Exigível em longo prazo</b>	<b>70.769</b>	<b>-</b>	<b>70.769</b>	<b>79.344</b>	<b>236</b>	<b>79.580</b>

## 10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se as Letras de Câmbio (LC) e Letras Financeiras (LF), captados a taxa média ponderada de 122,93% do Depósito Interfinanceiro (DI) e possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2023			2022		
	Letras financeiras	(1) Letras cambiais	Total	Letras financeiras	(1) Letras cambiais	Total
<b>Vencimentos</b>						
A vencer até 3 meses	-	3.559	3.559	-	1.842	1.842
A vencer de 3 a 12 meses	54.106	66.783	120.889	-	25.592	25.592
A vencer de 1 a 3 anos	-	32.175	32.175	(2) 54.426	192.836	247.262
A vencer de 3 a 5 anos	-	50.282	50.282	-	-	-
A Vencer mais 5 anos	16.115	-	16.115	(3) 16.210	-	16.210
<b>Total</b>	<b>70.221</b>	<b>152.799</b>	<b>223.020</b>	<b>70.636</b>	<b>220.270</b>	<b>290.906</b>
<b>Circulante</b>	<b>54.106</b>	<b>70.342</b>	<b>124.448</b>	<b>-</b>	<b>27.434</b>	<b>27.434</b>
<b>Exigível em longo prazo</b>	<b>16.115</b>	<b>82.457</b>	<b>98.572</b>	<b>70.636</b>	<b>192.836</b>	<b>263.472</b>

- (1) Letras de câmbio, com liquidez R\$ 86.978 (R\$ 157.796 em 2022) e sem liquidez R\$ 65.821 (R\$ 62.473 em 2022).
- (2) Letras financeiras sem subordinação e sem liquidez, vinculadas às variações diárias do DI, com remuneração de 130% do CDI.
- (3) Letras financeiras subordinadas, autorizadas a compor patrimônio de referência nível 2, com remuneração de 130% do CDI.

## 11. PASSIVOS CONTINGENTES

### a. Composição das provisões

A Financeira constitui provisão contábil para os processos judiciais com probabilidade de perda classificada como provável, conforme apresentado abaixo:

	2023	2022
<b>Natureza</b>		
Processos judiciais Cíveis	559	627
<b>Total</b>	<b>559</b>	<b>627</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a Financeira apresenta R\$ 6.821 (R\$ 5.479 em 2022) em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível, sendo R\$ 5.224 e R\$ 1.597 de processos cíveis e trabalhistas, respectivamente (R\$ 4.247 e R\$ 1.232 em 2022).

### b. Movimentação das provisões

	2022	Movimentação do período			2023
		Constituição/ atualização mon.	Reversão	Pagamento	
<b>Natureza</b>					
Processos judiciais cíveis	627	256	(46)	(278)	559
<b>Total</b>	<b>627</b>	<b>256</b>	<b>(46)</b>	<b>(278)</b>	<b>559</b>

	2021	Movimentação do período			2022
		Constituição/ atualização mon.	Reversão	Pagamento	
<b>Natureza</b>					
Processos judiciais cíveis	674	208	(132)	(123)	627
Processos judiciais trabalhistas	140	-	(140)	-	-
<b>Total</b>	<b>814</b>	<b>208</b>	<b>(272)</b>	<b>(123)</b>	<b>627</b>

### c. Cronograma de realização

Civeis	2023	2022
Até 1 ano	296	378
De 1 ano até 2 anos	122	192
De 2 anos até 3 anos	140	56
<b>Total</b>	<b>559</b>	<b>627</b>

## 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2023	2022
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)	3.278	3.209
Credores diversos – País (2)	2.958	2.862
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	1.651	1.514
<b>Total</b>	<b>7.887</b>	<b>7.585</b>
Circulante	7.887	7.585
Exigível em longo prazo	-	-

- (1) Refere-se a despesas administrativas a pagar (Nota Explicativa nº 19) e valores a repassar com as sociedades parceiras Verde Administradora de Cartões de Crédito S. A. e Lojas Quero-Quero S. A., representação comercial e comissões a pagar a Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A.
- (2) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, comissões diferidas sobre operações realizadas pelas conveniadas, contas a pagar decorrentes de resultados de parceria a pagar e operações de crédito realizadas no último dia do exercício pelas novas parcerias.
- (3) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a salários a pagar, provisão de férias e encargos, gratificação semestral, participação nos resultados e assistência médica.

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social da Financeira, subscrito e integralizado, é de R\$ 38.288 (R\$ 33.288 em 2022), e está representado por 100.000 (em 2022 total de 100.000 ações) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país.

Em 27 de abril de 2023, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 5.000, passando o mesmo de R\$ 33.288 para R\$ 38.288, sem emissão de novas ações, integralizados nesta data em moeda corrente.

## b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	2023		2022	
	1 Sem	2 Sem	1 Sem	2 Sem
Lucro do período	(5.578)	2.474	2.779	(201)
<b>Reserva legal (5%)</b>	<b>-</b>	<b>124</b>	<b>139</b>	<b>-</b>

## c. Dividendos

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.

### i. Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

	1 Sem. 2023	2 Sem. 2023	2022
<b>Lucro / prejuízo líquido</b>	<b>(5.578)</b>	<b>2.474</b>	<b>2.578</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	619	645
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos no período	-	350	398
Dividendos do período a distribuir	-	269	247

### ii. Dividendos distribuídos no período

	2023	2022
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	950	228
Dividendos mínimos obrigatório	350	398
<b>Total dos dividendos distribuídos no período</b>	<b>1.300</b>	<b>626</b>

- (1) Durante o exercício de 2023, foram pagos, a título de dividendos, o montante de R\$ 1.300, sendo R\$ 950 referente ao exercício de 2022 e R\$ 350 referente ao exercício de 2023, conforme deliberações da Diretoria em reuniões realizadas em 13 de fevereiro de 2023 e 2023, 24 de agosto de 2023 e 13 de novembro de 2023.
- (2) Durante o primeiro semestre de 2022, foram pagos, a título de dividendos, o montante de R\$ 626, sendo R\$ 228 referente ao exercício 2021 e R\$ 398 referente ao exercício de 2022, conforme deliberação da Diretoria em reunião realizada em 20 de abril de 2022 e pagamentos efetuados nesta data. O saldo remanescente referente aos dividendos de 2022, terá a data de pagamento aprovada pela Diretoria no primeiro semestre de 2023.

## 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2º Sem. 2023	2023	2022
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	3.834	(5.543)	(2.851)
<b>Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos</b>	(5.731)	(714)	13.786
Diferenças temporárias de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	36.832	97.532	99.572
Diferenças temporárias de provisões passivas	97	256	934
Exclusões por perdas fiscais de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(42.220)	(97.864)	(85.742)
Exclusões por reversão diferenças temporárias de provisões passivas	(441)	(639)	(1.121)
Adições permanentes	1	1	143
<b>Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social</b>	(1.897)	(6.257)	10.935
<b>Apuração do Imposto de Renda corrente</b>	(90)	(90)	66
Imposto de renda sobre lucro real do exercício	-	-	(2.710)
Incentivos fiscais	-	-	181
Ajuste de períodos anteriores	(90)	(90)	-
Creditos da lei do bem	-	-	2.595
<b>Apuração da Contribuição social corrente</b>	216	216	(93)
Contribuição social sobre lucro real do exercício	-	-	(1.650)
Ajuste de períodos anteriores	216	216	-
Creditos da lei do bem	-	-	1.557
<b>Total de imposto de renda e contribuição social corrente</b>	126	126	(27)

## 15. RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2 Sem.	2023	2022
Rendas de operações de crédito	98.344	201.448	214.682
Recuperação créditos de baixados para prejuízo	6.115	10.813	8.496
Rendas de aplicação interfinanceira	48	228	92
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.574	11.005	5.008
<b>Total</b>	111.081	223.494	228.278

## 16. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Sem	2023	2022
Receita de serviços prioritários (1)	9.350	18.947	21.436
Receita com comissões sobre vendas de seguros (2)	2.322	4.795	6.684
Tarifas de antecipação de recebíveis e de cobrança	69	161	289
<b>Total</b>	<b>11.741</b>	<b>23.903</b>	<b>28.409</b>

- (1) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e sobre saques através cartão de crédito, totalizando R\$ 15.989 e R\$ 2.538, respectivamente (em 2022 R\$ 19.603 e R\$ 862).
- (2) Receita de comissões referente operações de seguro prestamista de operações de crédito.

## 17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Sem	2023	2022
Despesas de serviços de terceiros (a)	(29.276)	(56.150)	(71.380)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.444)	(6.921)	(6.849)
Despesas com processamento de dados	(3.996)	(7.917)	(9.727)
Despesas com viagens	(207)	(341)	(549)
Despesas com propaganda e publicidade	(802)	(1.527)	(3.256)
Despesas de comunicações	(36)	(72)	(130)
Outras despesas	(2.599)	(5.571)	(9.215)
<b>Total</b>	<b>(39.360)</b>	<b>(78.499)</b>	<b>(101.106)</b>

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, do montante da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 42.673 (R\$ 51.304 em 2022) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas, regida por contrato entre as partes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19.

## 18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Sem	2023	2022
Programa de integração social (PIS)	(577)	(1.168)	(1.303)
Contribuição financiamento da seguridade social (COFINS)	(3.551)	(7.187)	(8.016)
Imposto sobre serviços (ISS)	(449)	(909)	(1.056)
Despesa de IPTU	(1)	(7)	(8)
Despesa de IPVA	(4)	(8)	(4)
<b>Total</b>	<b>(4.582)</b>	<b>(9.279)</b>	<b>(10.387)</b>

## 19. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, conforme apresentado abaixo:

	2023								
	Ativo		Passivo			Resultado			
	Serv FIDC	Captações	Profit	Repasses	Comissões	Rec. Seg	Rec. Serv.	Desp. adm.	Desp. Captação
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
<b>Empresas</b>									
Quero Quero Verdecard	103	-	(108)	(1.768)	-	-	421	(936)	-
Lojas Quero - Quero	-	-	(430)	-	-	216	-	(11.237)	-
Fácil promotora de Vendas	-	-	-	-	(972)	-	-	(30.500)	(15)
Agropecuaria Sentinela	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(143)
Via Certa Participacoes	-	(118)	-	-	-	-	-	-	(38)
Luar Participações e Invest	-	(2.210)	-	-	-	-	-	-	(308)
Hammer Participações	-	(16.263)	-	-	-	-	-	-	(2.379)
Scholze Participações	-	(907)	-	-	-	-	-	-	(127)
Scholze Incorporações	-	(5.580)	-	-	-	-	-	-	(680)
Hammerschmitt & Cia	-	(633)	-	-	-	-	-	-	(69)
AAA Participações e Invest	-	(112)	-	-	-	-	-	-	(33)
Luar Incorporações Imobiliarias	-	(9.525)	-	-	-	-	-	-	(1.329)
Asas Comercio de Veículos	-	(456)	-	-	-	-	-	-	(109)
CSZ – Admin. de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Fernando Scholze Agropecuária	-	(73)	-	-	-	-	-	-	(2)
RIF AIR Participações	-	(511)	-	-	-	-	-	-	(17)
Green Fomento Coml	-	-	-	-	-	-	-	-	(28)
Transportes Madrugada	-	(182)	-	-	-	-	-	-	(24)
Via Certa - Empr. Imobiliários	-	(1.101)	-	-	-	-	-	-	(52)
Pessoas Físicas Ligados	-	(108.420)	-	-	-	-	-	-	(26.664)
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>(146.093)</b>	<b>(538)</b>	<b>(1.768)</b>	<b>(972)</b>	<b>216</b>	<b>421</b>	<b>(42.673)</b>	<b>(32.018)</b>

	2023								
	Ativo		Passivo			Resultado			
	Serv FIDC	Captações	Profit	Repasses	Comissões	Rec. Seg	Rec. Serv.	Desp. adm.	Desp. Captação
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
<b>Empresas</b>									
Quero Quero Verdecard	35	-	(125)	(1.376)	-	-	267	(1.172)	-
Lojas Quero - Quero	-	-	(500)	-	-	129	-	(10.793)	-
Fácil Promotora de Vendas	-	-	-	-	(1.208)	-	-	(39.339)	(57)
Agropecuaria Sentinela	-	(702)	-	-	-	-	-	-	(534)
Via Certa Participacoes e Invest	-	(185)	-	-	-	-	-	-	(71)
Luar Participações e Invest	-	(2.147)	-	-	-	-	-	-	(251)
Hammer Participações e Invest	-	(16.533)	-	-	-	-	-	-	(2.133)
Scholze Participações	-	(955)	-	-	-	-	-	-	(129)
Scholze Incorporações	-	(2.438)	-	-	-	-	-	-	(182)
Hammerschmitt & Cia	-	(148)	-	-	-	-	-	-	(64)
AAA Participações e Invest	-	(406)	-	-	-	-	-	-	(50)
Luar Incorporações Imobiliarias	-	(11.086)	-	-	-	-	-	-	(923)
Asas Comercio de Veículos	-	(913)	-	-	-	-	-	-	(36)
CSZ – Admin. de Imóveis	-	(28)	-	-	-	-	-	-	(1)
Fernando Scholze Agropecuária	-	(11)	-	-	-	-	-	-	(1)
Green Fomento Coml	-	(226)	-	-	-	-	-	-	(26)
Transportes Madrugada	-	(164)	-	-	-	-	-	-	(12)
Via Certa - Empr. Imobiliários	-	(157)	-	-	-	-	-	-	(51)
Pessoas Físicas Ligados	-	(179.566)	-	-	-	-	-	-	(26.174)
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>(215.665)</b>	<b>(625)</b>	<b>(1.376)</b>	<b>(1.208)</b>	<b>129</b>	<b>267</b>	<b>(51.304)</b>	<b>(30.695)</b>

- (1) Os valores a receber da Quero Quero Verdecard referem-se à prestação de serviços para FIDC.
- (2) As captações, através de recursos de aceites cambiais, são remuneradas a taxas que variam de 105% a 139% do CDI em 2023 e 2022.

- (3) Despesas administrativas a pagar, referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A., oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2024, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira e comissões, serviços de representação comercial, cobrança e correspondente bancário prestados pela Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A.
- (4) Referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito, realizadas no último dia do exercício, a serem repassados em D+1.

## 20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos

	<u>2º Sem</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remuneração dos administradores	(1.779)	(2.745)	(973)
Encargos sociais s/ remuneração dos administradores	(400)	(618)	(219)
Gratificações	(160)	(160)	-
<b>Total</b>	<b>(2.339)</b>	<b>(3.523)</b>	<b>(1.192)</b>

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

## 21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Via Certa estabeleceu uma estrutura de gerenciamento de riscos, de acordo com as exigências da resolução nº 4.557/17 do CMN, permitindo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que a instituição está exposta.

A estrutura implementada é compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição; proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

As atividades de gerenciamento do risco são desempenhadas pela Área de Gestão de Riscos e Compliance, auditoria interna, auditoria externa, comitê de riscos e diretoria, conforme definido na Política Interna de Gestão de Riscos, disponível no site da Financeira. A Área de Gestão de Riscos e Compliance é uma unidade de controle independente e segregada das unidades que executam as atividades operacionais e de auditoria.

A Declaração de Apetite por Risco (RAS) representa o valor máximo de perda que uma instituição está disposta a suportar, preservados os seus objetivos estratégicos e resultados, levando em consideração a qualidade dos processos; a qualidade do sistema de controles internos; as especificidades dos mercados e produtos em que opere; o grau de eficácia dos mitigadores de risco utilizados; e a capacitação dos colaboradores.

Os níveis dos diversos riscos - baixo, médio ou alto - são definidos em consonância com as metas estabelecidas no planejamento estratégico, e levam em consideração a cultura, o perfil e o histórico de atuação da instituição junto ao seu público-alvo nos diversos mercados em que atua ou pretende passar a atuar.

Os principais riscos que a entidade está exposta são: Risco de crédito, de mercado, operacional e de liquidez.

#### **a. Risco de crédito**

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização de instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou do instrumento mitigador, reestruturação e custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito trata-se de um conjunto de pessoas, sistemas, processos e procedimento, por meio dos quais a instituição acompanha o nível de risco a que se encontra exposta em suas operações de crédito. O risco de crédito será monitorado e gerenciado a partir de relatórios de indicadores, os quais serão utilizados para aferir o grau de aderência dos resultados aos objetivos e metas estabelecidos, viabilizando eventuais revisões e ajustes no processo de crédito como um todo, inclusive políticas e estratégias.

O gerenciamento do risco de crédito terá como fundamento o acompanhamento de um conjunto de indicadores capazes de avaliar os riscos associados: a inadimplência, a concentração, os mitigadores e os pagamentos/recebimentos.

A instituição define como médio-baixo o nível de risco que está disposta a expor-se em sua carteira de crédito. O nível de risco médio-baixo é resultante da ponderação dos diversos níveis de riscos inerentes aos produtos e mercados em que a instituição opera, consideradas as respectivas concentrações e composição da carteira.

## **b. Risco de liquidez**

Define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como encontrar dificuldades para liquidar uma posição junto ao mercado.

A gestão de liquidez é composta por um conjunto sistemas, processos e procedimentos por meio dos quais se busca garantir a existência de recursos financeiros com alto grau de liquidez em patamar compatível com as exigibilidades a que a instituição esteja sujeita. Além da situação atual, são projetados cenários futuros, levando em conta eventos adversos que possam afetar a capacidade financeira da instituição, tais como elevação da inadimplência e aumento de resgates, os quais devem ser objeto de testes de estresse.

Quanto ao acompanhamento da situação de liquidez, podem ser utilizados indicadores para avaliar: a relação entre ativos líquidos e exigibilidades de curto prazo; percentual de renovações de aplicações; nível de resgates de aplicações; nível de concentração na captação; grau de acerto das projeções (fluxo de caixa projetado x realizado); e testes de estresse.

A Via Certa se propõe a operar com baixo nível de risco de liquidez, implementando uma política de manutenção de disponibilidade de recursos de alta liquidez, capaz de cobrir as necessidades de recursos projetadas com folga confortável.

## **c. Risco de mercado**

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela instituição, decorrentes de variações de taxas de juros, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento do risco de mercado trata-se de um conjunto de sistemas e procedimentos por meio dos quais a instituição avalia e controla os principais determinantes, incluindo o descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas. A Instituição utiliza a abordagem de resultado de intermediação financeira, onde busca avaliar o possível impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado da intermediação financeira da carteira bancária.

O nível de risco de mercado pode ser especificado por limites tais como valores máximos de posições; perda máxima admitida; descasamentos e limites de estresse. O grau de aderência aos limites constitui indicador para efeito de monitoramento do risco.

A Via Certa não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais. No que se refere a possíveis perdas oriundas de variações da taxa de juros, a estratégia de proteção utilizada pela Instituição é praticar em suas operações de crédito um spread capaz de absorver os efeitos de possíveis elevações de curto e médio prazos. Nestas circunstâncias, o nível de exposição ao risco de mercado é considerado médio baixo.

#### **d. Risco operacional**

Define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A gestão do risco operacional trata-se de um conjunto de procedimentos, processos e sistemas voltados ao acompanhamento da execução das atividades da instituição, incluindo-se nessas atividades a contratação de serviços de terceiros e correspondentes.

A partir da avaliação dos riscos operações e das falhas identificadas nos controles internos, são construídos indicadores para monitoramento do desempenho das diversas atividades realizadas na Instituição, com base nos quais poderão ser aperfeiçoados os processos com vistas à minimização das possibilidades de falhas.

A instituição tem por política investir no aperfeiçoamento de seus processos, produtos e serviços, buscando dotar sua estrutura física e de recursos humanos de todos os requisitos para um desempenho de alto nível. Assim, a instituição propõe-se a operar com nível médio baixo de risco operacional.

## **22. GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

O gerenciamento de capital da Financeira está estruturado de acordo na resolução nº 4.557/17 e possui como objetivo principal estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento da entidade, de suas exposições aos riscos, de movimentos de mercado e de outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório.

A gestão do capital é realizada com base na relação do Patrimônio de Referência (Situação) e do Patrimônio de Referência Exigido (mínimo). De acordo com sua estratégia, a Financeira implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos regulamentares mínimos.

A Financeira observa as orientações da resolução nº 4.955 do CMN para a apuração do Patrimônio de Referência, que consiste no somatório do Nível 1 e Nível 2, onde o Nível 1 é composto de Capital Principal e do Capital Complementar. O Capital Principal é composto de capital principal, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais. O Capital Complementar e o capital de Nível 2 consistem em instrumentos de dívida subordinada com datas de vencimento definidas e que atendem aos requisitos de elegibilidade, estabelecidos nos art. 6º e 7º da referida norma, respectivamente.

De acordo a resolução nº 4.958 do CMN, a entidade calcula os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Para calcular os requerimentos mínimos de capital, a Financeira apura o montante total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) através da soma das parcelas dos Ativos Ponderados por Risco de Crédito (RWAcpad), de Mercado (RWAmcpad) e operacional (RWAopad), ambos apurados por metodologias padronizadas.

A seguir, os principais indicadores em 31 de dezembro de 2023 e o comparativo com o exercício anterior, obtidos conforme regulamentação em vigor. Destacamos que a parcela de ativos ponderados pelo risco (RWA), referente as exposições ao risco de crédito contemplam as mudanças estabelecidas pela Resolução BCB nº 229/22, que estabelece os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo de requerimento de capital, mediante abordagem padronizada

### a. Resumo do demonstrativo de limites operacionais - DLO

	2023	2022
<b>Patrimônio de referência</b>		
Patrimônio de referência - PR	46.027	46.662
Patrimônio de referência nível I - PRN1	29.912	30.452
Capital principal - CP	29.912	30.452
Capital complementar - CC	-	-
Patrimônio de referência nível II - PRN2	16.115	16.210
<b>Ativos ponderados pelo risco - RWA</b>		
RWA para risco crédito por abordagem padronizada - RWAcpad	240.255	275.869
RWA para risco operacional por abordagem padronizada - RWAopad	17.104	14.663
<b>Total dos ativos ponderados por risco</b>	<b>257.359</b>	<b>290.532</b>
<b>Requerimento mínimo de capital</b>		
Capital para cobertura do risco de variação na taxa de juros	12.063	7.025
PR mínimo requerido para o RWA	20.589	23.243
PR mínimo requerido para o RWA e para risco de variação na taxa de juros	32.652	30.268
PRN1 mínimo requerido para o RWA	15.442	17.432
CP mínimo requerido para o RWA	11.581	13.074
CP requerido para manutenção de instr. elegíveis ao capital complementar	13.190	14.890
CP requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao nível II	11.581	13.074
Adicional de capital principal mínimo requerido para o RWA	6.434	7.263
<b>Margem ou insuficiência de capital</b>		
Margem sobre patrimônio de referência requerido	25.438	23.420
Margem sobre patrimônio de referência nível I requerido	14.470	13.020
Margem sobre o capital principal requerido	18.331	17.378
Margem sobre o PR considerando IRRBB e adicional de capital	6.941	9.131
Margem sobre capital principal considerando adicional de capital	11.897	10.115
Margem sobre patrimônio de referência nível I considerando Adicional de capital	8.037	5.757
<b>Detalhamento do cálculo de Apuração do Limite de Imobilização</b>		
Limite para imobilização	23.014	23.331
Valor da situação para o limite de imobilização	9.755	8.825
Valor da margem ou insuficiência para o limite de imobilização	13.258	14.506

**b. Indicadores**

<b>Índices</b>	<b>2023</b>	<b>2.022</b>
Índice de basileia - IB	17,88%	16,06%
Índice de basileia amplo - IBA	17,08%	15,68%
Índice de Nível I - IN1	11,62%	10,48%
Índice de capital principal - ICP	11,62%	10,48%

  

<b>Margem em pontos percentuais</b>	<b>2023</b>	<b>2.022</b>
Índice de basileia - IB (Mínimo 10,5%)	7,38 p.p.	5,56 p.p.
Índice de basileia amplo - IBA (Mínimo 10,5%)	6,58 p.p.	5,18 p.p.
Índice de Nível I - IN1 (Mínimo 8,5%)	3,12 p.p.	1,98 p.p.
Índice de capital principal - ICP (Mínimo 7%)	4,62 p.p.	3,48 p.p.

**23. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Entre janeiro e março de 2024 a Financeira não registrou nenhum evento subsequente relevante.

\*\*\*\*\*

Mario Garcia de Vasconcelos Junior  
Diretor-Presidente

Fábio Von Groll  
Diretor Administrativo-Financeiro

Adelar José Diel  
Contador CRC/RS 062617